

Os olhos dos que agora me vêem não me verão mais;
os teus olhos estarão sobre mim, porém não serei mais. [O livro de Jó]

O Sr. Padilha chegava à repartição invariavelmente ao meio-dia e, depois de sentar-se, começava a palitar os dentes. Fazia-o com um ar absorto, contemplando o vazio da sala que se estendia à sua frente e remoendo os pensamentos no mesmo ritmo em que removia as sobras do almoço.

Como acontecia de alguns detritos ficarem presos entre as fendas da arcada dentária, os palitos de madeira que trazia não duravam muito tempo e eram substituídos por cliques de metal, que ele pegava da mesa e abria em pontas improvisadas. Assim permanecia até às duas da tarde, quando começavam a chegar da rua as novas apólices trazidas pelos agentes de seguro.

O relógio de ponto ficava disposto logo à entrada e assim que saíamos do elevador era preciso correr para que ele não batesse o horário em vermelho, pois, nesse caso, não havia como não fazer o pedido fatídico: “Sr. Padilha... o senhor tem uma requisição?...”.

– Mais uma? Já é a segunda de hoje !

Sem saber ao certo o que dizer, o Sr. Padilha ficava atabalhado ao buscar no fundo da gaveta o bloco de fichas, olhando para os lados a ver se nenhum de seus superiores estaria a espreitar os seus atos com o rabo do olho.

– Não seria melhor eu ficar com um bloquinho?

– Você ficou louco? Eu só posso dar uma requisição de cada vez.

– É que o relógio...

Eu voltava para a mesa e preenchia a maldita requisição. Já não conseguia mais inventar justificativas, pois a criatividade se esgotava diante da tirania impassível do relógio que, ultrapassados os cinco minutos de sua tolerância mecânica, grafava o cartão com tinta vermelha.

– E a falta de ontem?

Eu rascunhava alguma desculpa e entregava o papel. Depois de lançar em volta um olhar esganiçado, o Sr. Padilha iniciava a ladainha:

- Assim não pode. Tem que colocar o motivo.*
- O motivo do quê?*
- O motivo da falta.*
- Mas eu já coloquei...*
- Você colocou “motivos particulares”*
- Mas é verdade...*
- Mas qual foi o motivo?*
- Eu já disse, motivos particulares.*
- Mas não pode, tem que colocar o motivo...*
- Mas, seu Padilha, eu faltei por motivos particulares. Não posso dizer quais foram...*

A discussão prosseguia, até que ele se cansava e, olhando para os lados, assinava um “de acordo” E era sempre assim. Eu escrevia na ficha “motivo de saúde”, ele me perguntava pelo atestado e eu lhe dizia que não fora ao médico: “Fiquei em casa, descansando...”. A discussão se prolongava, até que ele se rendia à lógica e voltava a palitar os dentes com o clipe.

Os dias eram calmos e nossa rotina se resumia apenas a fazer cálculos e anotar nomes, coisa que interrompíamos de vez em quando para ir ao banheiro ou para tomar café, quando podíamos contemplar a parede branca como se estivéssemos diante de uma paisagem africana. A calma só era interrompida quando chegavam os coordenadores regionais e uma muda excitação se instalava por sobre os carpetes – vestidos com paletós, gravatas austeras e abotoaduras douradas, chegavam sempre à hora do almoço e deviam fazer suas reuniões em meio a pratos de macarronada, discutindo a política e traçando as metas de produção entre uma garfada e outra.

Quanto a nós, pobres mortais, que ficávamos lutando com as apólices e as faturas, nada sabíamos do espectro de atuação de todos aqueles seres que apareciam sorridentes uma ou duas vezes por mês para examinar os mapas de produção. Às vezes, no entanto, podíamos ouvir trechos da conversa que entabulavam através das paredes e das divisórias de madeira que separavam as seções.

O dia era bom quando não havia sinistros, ocorrências abruptas que traziam consigo um verdadeiro alvoroço. Quando a sinistra ocorrência ocorria, ou seja, deixava de ser apenas uma expectativa vaga prevista nas estimativas e trazia sua presença concreta para dentro da empresa, todos eram chamados à responsabilidade. Os peritos eram acionados e as faturas de pagamento dos segurados eram checadas, enquanto os gerentes discutiam a melhor estratégia para que as apólices não fossem pagas ou, no pior dos casos, fossem saldadas apenas parcialmente.

A natureza da ocorrência tinha de estar discriminada ou ressalvada em alguma das pequenas cláusulas que olhos de águia não poderiam enxergar e através das quais eram resguardados os eventuais prejuízos da empresa. As apólices davam cobertura a todo tipo de acidente, salvo aqueles em que houvesse a “colaboração decisiva” do segurado (nesse aspecto, eram como as famosas salvaguardas dos militares, que por essa época permitiam toda e qualquer manifestação de pensamento, salvo nos casos em que isso atentasse contra a segurança nacional).

Numa das tardes que parecia caminhar para mais um modorrento dia de trabalho, o gerente-geral foi chamado para tomar ciência de algo que dias depois provocaria uma consternação geral. Naquele dia, chegara a informação de que um segurado perdera um dos dedos da mão em uma máquina operatriz.

Não se sabia exatamente qual dos dedos fora objeto da extirpação, informação capital que guardava graves conseqüências, uma vez que as indenizações eram calculadas conforme a natureza e a extensão do órgão amputado, observado o fato de o segurado ser canhoto ou destro.

No caso dos dedos, havia uma tabela concebida com cruel benevolência: o polegar valia \$\$\$\$ cruzeiros, o indicador \$\$\$, o médio \$\$ e o anular \$, enquanto que o dedo mínimo guardava uma posição reservada aos párias da Índia.

Pois foi justamente o dedo hindu que motivou toda a celeuma e deu origem a uma batalha jurídica que durou anos e cujo desfecho só pude acompanhar muito tempo depois, quando já estava longe daquele emprego e fui ganhar meu sustento em meio aos arquivos poeirentos de um jornal. Até

então, ninguém na antiga empresa se preocupara em justificar a razão ou o critério que norteara tal classificação. Era de se supor, entretanto, que algum tipo de raciocínio utilitarista ou pragmático, ou mesmo aritmético, se impusera de forma absoluta e inquestionável como fator dos cálculos. Era certo que a apólice era clara em seus termos sobre a questão, mas o fato era que o segurado resolvera questionar (Na Justiça, seus filhos de uma puta, na Justiça!, disse ao sair de uma ruidosa visita) a postura da empresa.

O caso chegou à 3.^a Vara e causou polêmica, uma vez que não havia jurisprudência a respeito. Na refrega jurídica, verdadeiro arranca-rabo no qual foram citados tratados de anatomia e antropologia física, o juiz argumentou que não era fato comprovado que a capacidade de trabalho do requerente havia sido diminuída pelo acidente, até porque o dedo lesado, 'mínimo', muito pouca utilidade tinha para a mão. Versado não só nos meandros da lei, acrescentou que o órgão extirpado era considerado um apêndice e "tendia a desaparecer com a evolução da espécie humana". No final, diante da magnitude da argumentação, a sentença foi favorável à Seguradora.

O caso dividiu os funcionários em dois blocos antagônicos: um, minoritário e público, partidário dos arrazoados do juiz, e outro, majoritário porém reduzido à clandestinidade, inclinado às razões do homem que ficara sem o dedo insignificante.

Havia também, naturalmente, os que não tinham ou preferiam não dar opinião, não exatamente sobre o caso, mas sobre qualquer coisa que se lhes perguntasse. Era o caso de Muniz, que se limitava a lançar em letra miúda os números sobre as faturas com extrema e regular meticulosidade, como o fazia todos os dias, há vários anos, ouvindo o crepitar monótono da máquina de calcular com ambígua devoção. De tanto pensar, o Sr. Padilha ficou com um clipe entalado entre os dentes justamente quando o gerente-geral se aproximava de sua mesa e teve de ir às pressas ao banheiro para se desfazer da incômoda presença.

A imprensa saiu em defesa do amputado e exerceu todas as prerrogativas conferidas ao quarto poder para restituir ao dedo mínimo a importância que queriam tirar-lhe, após terem subtraído o próprio dedo ao seu dono.

Para confrontar a sentença do juiz, os jornais foram atrás de especialistas que disseram que o dedo mínimo exercia funções de pinça e de alavanca e era fundamental na escrita e em atividades como martelar e abrir um registro, além do que não estava fadado ao desaparecimento e em vias de extinção como queria o ilustre magistrado. Os especialistas explicaram ainda que o quinto dedo teria surgido há 65 milhões de anos e era o que caracterizava a ordem dos primatas, da qual o homem é o representante mais jovem (houve quem enveredasse na discussão sobre o falso polegar do panda, mas o debate acabou ofuscado diante da natureza do caso). Segundo eles, o único traço humano em vias de desaparecer seria o terceiro molar, o chamado “dente do siso”

Os anos se passaram e, certo dia, um outro juiz revogou a sentença anterior e acabou dando ganho de causa ao infeliz requerente, que teve a utilidade de seu dedo restabelecida.

A penada benigna causou comoção junto à maioria dos funcionários da empresa, por essa época não mais reduzida ao absoluto silêncio. Houve represália e quem acabou pagando pela situação foi o chefe dos contínuos, que no início do caso não achara a pasta do segurado e foi pego dormindo atrás do arquivo.

Luís chegava todo dia às sete da manhã, fazia as entregas, buscava as correspondências, enfrentava as filas nos bancos e passava o resto da tarde lutando com os carimbos. Era sempre o culpado pela desordem dos arquivos e ficou primeiro encaramujado, depois revoltado com o eufemismo: “Exonerado! Exonerado!” repetia ele, ao ver que tinha acabado de levar um pé-na-bunda.

Quanto ao Sr. Padilha, não sei por onde anda hoje. Talvez tenha morrido, talvez tenha ficado no mesmo emprego até o fim dos seus dias, reduzido quem sabe à indenização de uma apólice. Talvez também tenha acompanhado pelos jornais o desfecho do caso, com um clipe enroscado entre os dentes e o olhar inquieto a ver se ninguém poderia suspeitar do seu contentamento com a argúcia do juiz que ele não conhecia mas que, de modo exultante, lavrou na sua sentença que “o corpo humano sadio não tem partes descartáveis”

Ovídio Poli Jr.

